

# OS ANTROPÓLOGOS INDÍGENAS

desafios e perspectivas

Tonico Benites

Doutor em Antropologia Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

A partir de minha posição de antropólogo indígena – uma conjunção de posições certamente nova para a antropologia brasileira –, gostaria de apresentar algumas reflexões sobre as funções e desafios dos antropólogos indígenas ou indígenas formados em Antropologia frente às mobilizações interétnicas e reivindicações diversas dos povos indígenas exigidas aos sistemas do Estado brasileiro. As ideias desenvolvidas aqui foram inicialmente apresentadas durante a mesa-redonda “Os Antropólogos Indígenas: Desafios e Perspectivas”, durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, onde abordei o tema das funções de antropólogo indígena no contexto contemporâneo de disputa e conflito pela posse das terras entre os povos indígenas e os fazendeiros. Nesse sentido, é preciso dizer que estes últimos não apenas veem os estudos antropológicos de modo negativo e como sendo inúteis, mas também se constituem numa classe que passou a ameaçar e intimidar o antropólogo por realizar o estudo de identificação e demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowa no Estado de Mato Grosso do Sul.

245

Em primeiro lugar, apresento-me nos debates e em meus artigos como o antropólogo e indígena pertencente aos povos Guarani e Kaiowa, localizados no atual sul de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de destacar que para me formar no curso de Antropologia pesquisei os meus povos Guarani e Kaiowá. No momento atual, já como antropólogo, continuo pesquisando as demandas dos povos Guarani e Kaiowá, que possuem uma trajetória específica, uma luta e resistência histórica diante da política de dominação e territorialização, promovido pelo Estado brasileiro ao longo do século XX.

Para desenvolver uma breve análise sobre algumas funções dos antropólogos indígenas no contexto atual, é preciso mencionar que um indígena formado em Antropologia é antropólogo-pesquisador e ao mesmo tempo é membro permanente de um povo indígena, que pode ser participante da rede de movimento e articulação política regional e nacional dos povos indígenas. No contexto histórico contemporâneo, os indígenas após estudarem, pesquisarem e se formarem em Antropologia não podem se desvincular tanto de seu povo

pesquisado quanto de estudos antropológicos e do grupo de pesquisadores da área de Antropologia.

Observo que alguns indígenas já formados e estudantes em Antropologia passam a assumir a função de relator e porta voz de seu povo; tradutores das reivindicações e dos projetos dos povos indígenas que são enviados aos órgãos do Estado e às organizações das sociedades nacionais e internacionais. Além disso, um antropólogo indígena já começa a assumir a função de consultor, perito e tradutor do governo e justiça federal.

Em diversos espaços dos órgãos públicos, nas ocasiões das reuniões e assembleias intercomunitárias e interétnicas, em geral, os antropólogos e estudantes indígenas foram e são acionados para explicitar e traduzir algumas políticas públicas e programas sociais dos sistemas do Estado brasileiro para os povos indígenas. Dessa forma, o indígena formado em Antropologia começa a conviver e circular nos dois sistemas socioculturais, políticos e conhecimentos complexos e distintos. Assim os antropólogos indígenas passam a traduzir as políticas do governo aos povos indígenas, isto é, esses estudantes indígenas tentam traduzir tanto para os povos indígenas quanto para os agentes do Estado brasileiro.

Importa ressaltar que recentemente, em virtude de disputa e conflito fundiário histórico surge a tentativa de conciliação e diálogo interétnicos entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros, promovido pelo governo e justiça federal, ocasião na qual o antropólogo indígena é demandado para cumprir essa difícil e complexa tradução. Entendo que este trabalho de antropólogo indígena está sendo em parte fundamental tanto para os povos indígenas quanto para as partes envolvidas nas resoluções do litígio fundiário no Brasil.

Outro tema fundamental para este debate, é também a imagem distorcida do “índio” genérico nos livros didáticos e na mídia. Na qualidade de pedagogo indígena experiente, destaquei que ao longo de minha trajetória estudantil deparei-me com os modos de vidas e as imagens incongruentes dos “índios” estereotipados e homogêneos nos livros didáticos, utilizados nos sistemas da educação brasileira. Esses assuntos deveriam ser rediscutidos amplamente pelos sistemas da educação. As imagens negativas dos “índios” nos livros e na

mídia geraram-me sempre uma confusão e indignação, desde minha infância, pois as formas de apresentar os povos indígenas estereotipados não condizem com as histórias relatadas pelos indígenas e a realidade das diversidades dos povos indígenas no Brasil. Por isso, frente aos fatos relatados aqui, a minha posição e luta como indígena e antropólogo são para desconstruir e descolonizar esses “índios” idealizados e homogêneos nos livros didáticos e na mídia. Somente assim a nova geração do povo brasileiro terá outra educação e outros conhecimentos verídicos sobre as histórias e situações contemporâneas dos povos indígenas no Brasil.

Como já dito, no século XX, os agentes dos sistemas da educação brasileira descreveram e apresentaram os povos indígenas de formas homogêneas e estereotipadas nos livros didáticos. Essas formas de apresentar os “índios” através das escolas brasileiras são extremamente prejudiciais tanto à nova geração brasileira quanto aos povos indígenas gerando e aumentando preconceito, racismo e ódio contra os indígenas que perdura até os dias de hoje.

Destaco que diante desse fato histórico, hoje, um dos desafios dos indígenas formados em Antropologia é a desconstrução ou descolonização dessas imagens preconceituosas e os modos de vidas negativas dos povos indígenas cristalizadas historicamente na educação brasileira. Esses trabalhos árduos de desconstrução de “índios” dos livros didáticos e da grande mídia dominante desafia o antropólogo indígena e antropólogos não indígenas no contexto atual.

Reconheço que, de fato, um grupo de antropólogos e antropólogas não indígenas brasileiros se empenharam nos últimos 30 anos para organizar Seminários, Congressos e Simpósios acadêmicos a fim de debater as situações atuais dos povos indígenas no Brasil, envolvendo os líderes indígenas nesses debates. Essas atividades de antropólogos e antropólogas foram e são muito fundamentais tanto para os povos indígenas como para estudantes indígenas.

Destaco ainda algumas de minhas novas experiências, vividas no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Para analisar a minha atuação como antropólogo indígena, mencionei o contexto da história de luta e resistência de meus povos Guarani e Kaiowa pelo reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais *tekoha*. Cito que em meados de 1970 e no início de 1980, diante da resistência e

da luta reiterada dos povos indígenas Guarani e Kaiowa para permanecer nas suas terras tradicionais, o órgão indigenista do governo começou a envolver o antropólogo não indígena na realização de estudos antropológicos sobre as comunidades indígenas e suas terras tradicionais demandadas.

Dessa forma, em meados de 1970, os antropólogos não indígenas passaram a descrever as histórias, os relatos, as reivindicações das terras e, sobretudo as concepções vitais dos povos indígenas Guarani e Kaiowa, demonstrando as terras tradicionais específicas ocupadas e demandadas pelos povos indígenas. Assim, as narrações dos indígenas são sistematizadas pelos antropólogos, dando atenção merecida para os relatos e, sobretudo a memória do povo Guarani e Kaiowa. Esses relatos indígenas constantes nos relatórios antropológicos contestaram as versões, as argumentações e os documentos oficiais dos fazendeiros expedidos pelos órgãos do governo. Visto que os povos Guarani e Kaiowa resistentes e reivindicantes de reconhecimento de suas terras tradicionais eram classificados ou acusados tanto pelos fazendeiros quanto pelos órgãos do Estado como os índios criminosos, desobedientes e invasores das propriedades particulares. Naquele contexto histórico, o antropólogo ou estudo antropológico aprovou de forma oficial que as comunidades indígenas Guarani e Kaiowa eram habitantes ou moradores originais das terras reivindicadas e pertenceram ao lugar específico desde muito século, por essa razão o antropólogo determinou a delimitação da extensão da área ocupada pelos indígenas reivindicantes. Desse modo, pela primeira vez, em meados de 1980, a Antropologia, os antropólogos e estudos antropológicos foram destacados oficialmente entre os povos indígenas Guarani e Kaiowa e fazendeiros.

Importa destacar que aos longos das décadas de 1980 e 1990, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, os estudos antropológicos foram acionados pelo órgão indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no contexto de expulsão dos indígenas de suas terras e, sobretudo no seio da disputa conflituosa pela posse das terras entre os indígenas e os fazendeiros. Em decorrência desses estudos antropológicos realizados, o antropólogo é visto como incitador de invasão das fazendas ou propriedades particulares. O antropólogo é entendido como um opositor dos fazendeiros. Recentemente, certo antropólogo, durante a

realização de pesquisa de campo, passou a sofrer a ameaça de morte e intimidação pelos fazendeiros.

Por conta dessa luta histórica pela demarcação das terras indígenas, emergiu uma “mesa de diálogo” promovida pelo governo federal, na qual o antropólogo indígena começa a atuar como tradutor no ciclo de discussões acirradas sobre os conflitos fundiários. Entendo que essa tentativa de diálogo entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros é um desafio para tradução e atuação dos antropólogos indígenas, visto que se está lidando com um conflito que não se dá primordialmente no interior das comunidades indígenas, mas sim entre povos indígenas e os fazendeiros pela posse das terras, mediados pelos agentes do Estado-Nacional brasileiro.

Observo que os estudantes e lideranças indígenas, sobretudo os Guarani e os Kaiowá do Mato Grosso do Sul, consideram os antropólogos indígenas como muito importantes, por fortalecerem as demandas e a luta antiga pela demarcação de terras e por ajudar a cobrar a efetivação dos direitos indígenas. A importância depositada nos antropólogos indígenas se dá, sobretudo, pelo fato de ser o próprio antropólogo indígena capaz de narrar a sua história, a sua luta e compreender as relações no mundo contemporâneo em que vive. Dessa maneira, os antropólogos indígenas estão sendo vistos pelos membros indígenas como um pesquisador indígena e atualizado. Ao mesmo tempo, o antropólogo indígena é visto como um indicador de possíveis soluções para problemas atuais; colocado, assim, em uma posição de muita responsabilidade, e por isso mesmo a pesquisa e atuação do antropólogo indígena está sendo constantemente monitorada e analisada tanto pelos indígenas quanto pelos não indígenas.

Por exemplo, a minha atuação como antropólogo, pesquisador e indígena Guarani Kaiowa está sendo sempre observada e analisada tanto pelos próprios representantes indígenas como pelos não indígenas, estejam eles ligados ao Estado, à academia ou aos fazendeiros.

É relevante considerar que sou requisitado, em várias ocasiões e espaços, para discutir sobre as questões indígenas (demarcação de terras indígenas e as políticas públicas voltadas para os indígenas em geral). Dessa forma, estou

passando por uma experiência múltipla e desafiadora, uma vez que consigo debater e perceber, ao frequentar esses diversos espaços, das inúmeras opiniões, propostas e soluções pensadas acerca da situação indígena do Mato Grosso do Sul. Minha participação nesses espaços me permite entender as diferentes “soluções” pensadas para os povos indígenas em suas terras.

Enfim, sendo minha pesquisa participativa e implicada, posso compreender melhor o modo de ser, agir e pensar dos operadores de direito, dos pesquisadores de universidades, dos agentes indigenistas do Estado e de fora dele (ONGs), do governo e poder judiciário brasileiro.

O curso de mestrado e de doutorado em Antropologia Social proporcionou-me uma sólida base para compreender e respeitar as pessoas distintas e suas opiniões sobre os povos indígenas no Brasil.

Os cursos e o trabalho acadêmico foram vividos como um estágio muito árduo, mas também muito significativo para minha formação pessoal e acadêmica. Com base nas experiências adquiridas no curso de Antropologia e durante as pesquisas de campo, posso dizer que a área de Antropologia, quando feita com seriedade, torna-se fundamental para entender de forma aprofundada as concepções, os interesses e as necessidades reais das famílias e dos povos indígenas abordados, levando sempre em consideração a sua história e o seu modo de viver e de ser múltiplo.

Como já dito, desde 1990 até os dias de hoje, na condição de estudante indígena e porta voz do povo Guarani e Kaiowa participei ativamente de diversos eventos locais, regionais e nacionais. Hoje, como antropólogo indígena, quero mencionar minha participação nos congressos, seminários e encontros nos quais pude proferir muitas palestras e denunciar questões graves, abordando temas complexos e polêmicos relacionados à questão da recuperação das terras indígenas, da educação escolar indígena, da saúde indígena, entre outros temas de importância para os Guarani e os Kaiowá. Em meio a esses eventos e assembleias indígenas importantes, elaborei, muitas vezes a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos escritos em português, nos quais constavam as decisões e as reivindicações das lideranças. Em face dos problemas aflitivos que atingiam os Guarani e Kaiowá em geral, escrevi muitas petições e abaixo-assinados indicando as soluções possíveis do ponto de vista

que as lideranças indígenas me expunham. Esses documentos foram enviados a múltiplas autoridades (executivo, judiciário e legislativo) assim como para as universidades e os pesquisadores de diferentes áreas.

Por fim, como indígena formado em Pedagogia e Antropologia, sinto-me desafiado a buscar e indicar as possíveis soluções às demandas dos povos indígenas. Assim, assumo uma grande responsabilidade, uma vez que uma das minhas funções é a de transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamentos, reivindicações e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças indígenas dos povos indígenas. A minha grande esperança é de que as reivindicações escritas dos povos indígenas sejam compreendidas e atendidas pelos sistemas do Estado brasileiro. Na condição de antropólogo, pesquisador e indígena, entendo que essas experiências narradas foram úteis e ao mesmo tempo são desafios tanto para minha vida pessoal quanto para minha atuação de antropólogo indígena no Brasil.

Tonico Benites

Doutor em Antropologia Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Currículo Lattes

251